

1. Da metodologia, das Comissões e dos anteprojetos.

É certo que as deficiências da nossa legislação processual penal se distinguem das pertinentes à legislação processual civil. Enquanto nesta, alicerçada em Código jovem e arquitetonicamente bem feito, as talhas decorrem do divórcio entre o modelo e a realidade, na codificação processual penal as deficiências residem basicamente no seu envelhecimento.

As conseqüências práticas, todavia, são as mesmas em última análise: uma prestação jurisdicional insatisfatória, porque ineficiente, morosa, burocratizada, ineficaz. Ou seja, carente de efetividade.

Daí a razão pela qual, seguindo a mesma metodologia que se adotou na reforma do Código de Processo Civil, cujos projetos já foram convertidos em lei (três) ou se encontram tramitando (oito) no Parlamento, procurou-se imprimir, *mutatis mutandis*, a mesma orientação em relação à reforma do processo penal, a saber:

- a. detectar os pontos de estrangulamento;
- b. abandonar as divergências meramente acadêmicas e buscar soluções ágeis e desburocratizantes, com o escopo de alcançar maior efetividade na tutela jurisdicional;
- c. formular anteprojetos setoriais, sobretudo para viabilizar a aprovação das propostas no Congresso Nacional;

^{*} Comissão constituída pela Portaria n° 349, de 16 de setembro de 1993, presidida pelo Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, do Superior Tribunal de Justiça.

d. aproveitar, tanto quanto possível, a disposição das normas existentes;

e. alcançar o consenso nessas alterações.

O resultado desses trabalhos foi publicado no DOU de 30 de junho de 1993, não apenas para ciência dos interessados mas sobretudo para o recebimento de críticas e sugestões, como então se fez constar, com o escopo do aperfeiçoamento dos textos e da democratização do processo de reforma.

Sobre referidos textos, e as manifestações recebidas, que foram numerosas, laborou uma segunda comissão, que se encarregou da revisão e elaboração final dos anteprojetos, tendo até mesmo ampliado o número dos textos inicialmente preparados.

O DOU de 16 de março de 1994 publicou, no expediente do Ministério da Justiça, referidos anteprojetos.

Tomando por base o texto desses anteprojetos, a Comissão, coordenada pela Escola Nacional da Magistratura e integrada por magistrados, advogados, membros do Ministério Público, delegados, todos eles professores universitários e/ou doutrinadores, houve por bem proceder a uma minuciosa revisão daquele documento, por ela mesma elaborado, daí resultando o total de 16 (dezesseis) anteprojetos, assim distribuídos:

- 1º *Conjunto*

1. Do inquérito policial
2. Do procedimento ordinário
3. Dos procedimentos sumário e sumaríssimo
4. Da suspensão condicional do processo

- 2º *Conjunto*

1. Da prova ilícita
2. Da prova pericial
3. Da prova testemunhal
4. Da defesa efetiva

- 3º *Conjunto*

1. Da citação edital e da suspensão do processo
2. Da intimação

- 4º *Conjunto*

1. Da prisão e outras medidas restritivas
2. Da fiança
3. Da prisão temporária

- 5º *Conjunto*

1. Do agravo
2. Dos embargos

- *Projeto isolado*

Do júri.

Participaram desse trabalho, por ordem alfabética, além de outras eventuais presenças, os Professores Ada Pellegrini Grinover, Antônio Magalhães Gomes Filho, Antônio Nabor Areias Bulhões, Aristides Junqueira de Alvarenga, Edson Freire O'Dweyer, Fátima Nancy Andrichi, Francisco Camargo Lima, José Barcelos de Souza, Luiz Carlos Fontes de Alencar, Luiz Flávio Gomes, Luiz Luisi, Luiz Vicente Cernicchiaro, Marco

Aurélio Costa Moreira de Oliveira, Miguel Reale Júnior, René Ariel Dotti, Roberto Maurício Genofre, Rogério Lauria Tucci e Sidnei Agostinho Beneti.

2. Principais inovações.

Destacam-se entre as principais inovações, assinaladas na exposição publicada no DOU e posteriormente aprimoradas em sua redação e em seu conteúdo:

a - a modernização do julgamento pelo Tribunal do Júri, através de medidas como a simplificação e redução dos quesitos, a dispensabilidade da presença do acusado, a supressão do libelo e do protesto por novo júri, o saneamento prévio, a escolha e convocação dos jurados, a legitimação para requerer-se desaforamento, a disciplina e organização da pauta, a maior liberdade do jurado na formação do seu convencimento;

b - a melhor disciplina do procedimento ordinário, estabelecendo-se inclusive contraditório prévio ao recebimento da denúncia, na linha hoje adotada pela maioria dos estatutos processuais penais modernos, privilegiando-se os princípios que regem a oralidade, especialmente os da imediação e da concentração;

c - a adoção dos procedimentos sumário e sumaríssimo para as contravenções e os crimes punidos com pena de detenção, realizando-se interrogatório, instrução e julgamento em uma única audiência, priorizando os princípios da oralidade, da informalidade e da celeridade;

d - a conceituação, como infrações penais de menor potencial ofensivo, das contravenções e dos crimes a que for cominada pena máxima de dois (2) anos de detenção, submetendo-as ao procedimento sumaríssimo e admitindo-se, ressalvadas as exceções legais, a tentativa da conciliação nessas modalidades de infração, prevendo-se reparação do

dano ou suspensão condicional do processo em não havendo dano ou na impossibilidade econômica da sua reparação;

e - a preocupação em tutelar a vítima, não apenas quanto à reparação nas hipóteses de transação, com fixação de um valor mínimo para a reparação dos danos causados e considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido, executando-se esse valor após o trânsito em julgado da sentença condenatória, sem prejuízo da liquidação para apuração do dano efetivamente sofrido;

f - a intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente da acusação através do órgão incumbido da publicação das intimações, em havendo, no qual deverão ser arrolados, separadamente, na mesma edição e em ordem alfabética, os nomes dos advogados;

g - a adoção do agravo, nos próprios autos ou por instrumento, com efeito suspensivo nos casos que enumera e naqueles em que, a critério do relator, possa resultar da decisão dano grave de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação;

h - a uniformização, com o processo civil, dos prazos relativos aos embargos de declaração e aos embargos infringentes;

i - a suspensão do processo e do prazo da prescrição, se o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado, podendo o juiz, nesses casos, determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e decretar a prisão preventiva nos termos do art. 312, CPP;

j - o prosseguimento do processo sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente, para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, assim como daquele que, em caso de

mudança, não comunicar o seu novo endereço ao juízo, com o que se evitará o abusivo fenômeno da prescrição hoje tão freqüente;

k - a imprescindibilidade da defesa efetiva, com nomeação de outro defensor se insuficiente a mesma se apresentar;

l - a suspensão condicional do processo por um (1) a três (3) anos, no qual não fluirá o prazo prescricional, submetendo-se o acusado a regime de prova, observados determinados requisitos, dentre os quais pena a ele atribuída não superior a dois (2) anos, bons antecedentes e obrigação de reparar o dano causado pelo crime, declarando-se extinta a punibilidade se expirado o prazo sem revogação da medida, inovação que tem similar no melhor direito estrangeiro e que em muito descongestionará o foro criminal;

m - a melhor disciplina do inquérito policial, com substituição deste pela "autuação sumária" nas infrações penais de menor potencial ofensivo;

n - o aprimoramento do texto da Lei nº 7.960/1989, que trata da prisão temporária, destinada às investigações policiais;

o - as modificações quanto ao instituto da fiança, para aperfeiçoá-lo, inclusive adotando escala de valores calcada no salário mínimo, substituindo tal modalidade de liberdade provisória nos casos de comprovada pobreza;

p - a previsão da separação obrigatória dos presos provisórios em relação aos já condenados;

q - a ampliação das hipóteses de prisão preventiva e a possibilidade de sua substituição por medidas restritivas de liberdade que dispensam o recolhimento à prisão, contribuindo para a melhoria do sistema carcerário;

r - nos casos de crime contra a fé pública, a administração pública ou o sistema financeiro, a faculdade outorgada ao juiz de também impor o afastamento do acusado do exercício da função pública e o impedimento de sua participação, direta ou indiretamente, de licitação pública, ou em contrato com a administração direta, indireta ou fundacional, e com empresas públicas e sociedades de economia mista;

s - o dever de decidir o juiz motivadamente, na pronúncia, sobre a manutenção de prisão ou de medida restritiva de liberdade anteriormente decretada, decretando-a, tratando-se de réu solto, se atendidos os requisitos legais;

t - a maior preocupação com a produção das provas pericial e testemunhal e repúdio à prova ilícita;

u - a solução legislativa a algumas divergências de exegese, ajustando-se os anteprojetos a princípios e garantias constitucionais, a exemplo da preservação da privacidade e da presunção de inocência.

3. O espírito da reforma.

Os anteprojetos refletem as tendências modernas do processo penal na busca de realizar o interesse público na prevenção e repressão da criminalidade, em acelerá-lo e dar-lhe eficácia, sem descuidar das garantias e dos direitos do acusado, assim como a preocupação com a vítima e seus dependentes, atendendo à segurança jurídica e às coordenadas do Estado democrático de direito proclamado pela Constituição, que tem na dignidade da pessoa humana seu primeiro e mais valioso fundamento.

Após meio século de vigência do Código de Processo Penal, surgem justificados reclamos da sociedade e novos instrumentos de política processual penal, em correspondência aos novos tempos sociais,

políticos, econômicos e culturais. Os textos dos anteprojetos se inserem nesse universo de inquietação, reflexões e esperança.

1º CONJUNTO DE PROJETOS

1. INQUÉRITO POLICIAL
2. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
3. PROCEDIMENTO SUMÁRIO
4. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O projeto destina-se a modernizar e simplificar as normas relativas ao inquérito policial, orientando-se no sentido de dotar a investigação de maior eficácia.

Além de manter o inquérito policial, agora enriquecido de normas mais dinâmicas, o projeto cria nova forma de atuação da polícia judiciária, denominada autuação sumária. Esta é estabelecida em relação às infrações penais de menor potencial ofensivo, adaptando o Código à previsão do artigo 98, I, da Constituição Federal.

A autuação sumária é prevista para dinamizar e simplificar a investigação da "notitia criminis", possibilitando a imediata instauração da ação penal, relativamente a contravenções e crimes a que se comina pena de detenção até 2 (dois) anos.

O projeto, de outra parte, deixa claro que, a par da investigação pela polícia judiciária, a outras autoridades administrativas poderá a lei atribuir atividades investigatórias. A complexidade da vida moderna e crescente criminalidade sofisticada aconselham que autoridades especializadas detenham atribuições para esse tipo de investigação.

As normas procedimentais relativas à autuação sumária são extremamente simples e exigem que os autos da investigação, destinados a juízo, apresentem poucas peças, a fim de possibilitar a oralidade no curso da ação penal.

No inquérito policial, o projeto prevê que o indiciamento se faça fundamentalmente, a fim de assegurar-se, desde logo, a garantia constitucional da ampla defesa. A partir desse indiciamento, ao indiciado dar-se-á oportunidade de efetivo conhecimento da infração a ele imputada pela autoridade investigante. Fica também regulada, em afinidade com a Constituição, a controvertida matéria da identificação criminal, pondo-se fim às divergências interpretativas. Vem regulada, ainda, a atuação policial no sentido de representar ao juízo competente para que sejam determinadas restrições à pessoa e bens do indiciado, bem como possibilitar a produção de provas relativas ao esclarecimento do crime.

Estabelecem-se, de outra parte, regras relativas à atuação do Ministério Público na complementação da prova.

Finalmente, o projeto prevê dispositivos destinados a preservar a intimidade, privacidade, honra e imagem do investigado, do ofendido e das testemunhas, além de resguardar as pessoas quanto à divulgação de anotações relativas à investigação. Visam esses dispositivos a tornar efetiva a garantia constitucional relativa ao princípio da presunção de inocência.

PROJETO DE LEI N° _____, DE 1994

Altera dispositivos do Decreto-lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° - O Título II, do Livro I, os arts. 4°, 5°, 6°, 7°, 12, 13, 16, 17, 18 e art. 20 do Decreto-lei n° 3.689, de 3 de

outubro de 1941, Código de Processo Penal, passam a ter seguinte redação:

TÍTULO II

DA AUTUAÇÃO SUMÁRIA E DO INQUÉRITO POLICIAL

"Art. 4º. Às autoridades policiais caberá a apuração das infrações penais e sua autoria, por meio de:

I - autuação sumária, para aquelas de menor potencial ofensivo, assim consideradas as contravenções penais e os crimes punidos com detenção até 02 (dois) anos;

II - inquérito policial para os demais crimes.

Parágrafo único. A atribuição definida neste artigo não excluirá a de outras autoridades a quem, nos termos da lei, seja cometida a mesma função ou parte dela."

"Art. 5º ...

§ 4º Nas infrações de menor potencial ofensivo, a autoridade procederá a autuação sumária, registrando o fato em boletim de ocorrência e adotando as seguintes providências:

- a) indicação do autor do fato e do ofendido;
- b) relação de testemunhas;
- c) requisição dos exames periciais necessários;
- d) remessa imediata do expediente à autoridade judiciária competente, com as informações existentes;
- e) intimação do autuado e do ofendido, para comparecer em juízo no dia e hora designados.

§ 5º. O inquérito ou autuação sumária, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá ser iniciado sem ela.

§ 6º. Nos crimes de ação de iniciativa privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito ou a autuação sumária, a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la."

"Art. 6º ...

V - proceder a reconhecimento de pessoas e coisas, e a acareações;

VI - determinar, se for o caso, que se proceda a exame de corpo do delito e a quaisquer outras perícias;

.....

X - quando necessário, proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que não contrarie a moralidade ou a ordem pública."

"Art. 7º. Logo que reúna os elementos suficientes, a autoridade policial, fundamentado devidamente, procederá ao indiciamento.

§ 1º. O indiciado será interrogado com observância das garantias constitucionais.

§ 2º. O indiciado somente poderá ser identificado criminalmente quando não o for civilmente, ou quando houver dúvida fundada sobre a sua identidade, devidamente justificada pela autoridade policial.

§ 3º. O indiciado terá investigada sua vida pregressa, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, e quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação de sua personalidade.

§ 4º. A autoridade deverá informar ao indiciado, sob pena de responsabilidade, a importância do endereço por ele fornecido, para efeito de citação e intimação, bem como do dever de comunicar qualquer mudança de endereço para os mesmos fins."

"Art. 12. O inquérito policial ou a autuação sumária acompanhará a denúncia ou queixa sempre que servir de base a uma ou outra."

"Art. 13...

IV - representar à autoridade judiciária competente para:

a) decretação da prisão temporária ou preventiva;

b) imposição de medida provisória restritiva de liberdade ou de outros direitos;

c) quebra do sigilo bancário e fiscal, de dados e de comunicações telefônicas, nas hipóteses e na forma da lei;

d) busca e apreensão domiciliar;

e) arresto e seqüestro de bens."

"Art. 16. O Ministério Público, entendendo imprescindível a complementação da prova, requererá, fundamentadamente, a devolução dos autos do inquérito ou da autuação sumária para novas diligências.

Parágrafo único. Entendendo-as desnecessárias, o juiz ordenará a remessa dos autos ao Procurador-Geral, que poderá encaminhá-los diretamente à Polícia para as providências requeridas ou designar outro Promotor para oferecer a denúncia."

"Art. 17. A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito ou de autuação sumária."

"Art. 18. Depois de ordenado, pela autoridade judiciária, o arquivamento do inquérito ou da autuação sumária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas diligências, se de outras provas tiver notícia."

"Art. 20..."

§ 1º Durante o inquérito ou autuação sumária, a autoridade policial tomará as providências necessárias à preservação da intimidade, vida privada, honra e imagem do investigado, indiciado ou autuado, do ofendido e das testemunhas, vedada sua apresentação aos meios de comunicação.

§ 2º Nos atestados que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito ou de autuação sumária, salvo no caso de existir condenação por sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no artigo 64, inciso I, do Código Penal."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor 2 (dois) meses depois da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A proposta tem um capítulo de disposições gerais, em que o procedimento penal condenatório é classificado em comum ou especial, sendo o comum destinado aos crimes punidos com reclusão e o sumário previsto para as demais hipóteses.

Para o procedimento ordinário, a fonte inspiradora da proposta foi, antes de mais nada, o Anteprojeto de Código de Processo Penal, de José Frederico Marques, com a instituição de um contraditório prévio recebimento da denúncia - o que, aliás, existe no direito posto quanto aos

crimes de responsabilidade dos funcionários públicos: arts. 513 a 518 do Código de Processo Penal.

Trata-se de linha metodológica adotada pela maioria dos estatutos processuais penais modernos (Alemanha, Itália, Código Modelo para a América Latina, vários Códigos estaduais argentinos), que permite ao juiz aferir concretamente a viabilidade da acusação, cortando no nascedouro muitas ações penais e podendo chegar à absolvição sumária - como ocorre no nosso procedimento perante o juiz preparador nos casos de processos de competência do Tribunal do Júri.

Recebida a denúncia, o procedimento comum segue as regras sugeridas pelo Projeto de 1983 (1655/83) e, na mesma linha de orientação, pelo primeiro Anteprojeto de Reforma do Código de Processo Penal da Associação dos Magistrados Brasileiros, com a concentração dos atos processuais em uma única audiência e a previsão de razões finais, de preferência orais.

Havendo necessidade de diligências imprescindíveis, o juiz determiná-las-á após oferecidas as alegações.

Desse modo, e ainda de acordo com as modernas tendências do direito processual, privilegiam-se a oralidade, a concentração, a imediação e a identidade física do juiz, possibilitando a afirmação de que o novo procedimento comum muito se assemelha ao vigente procedimento sumário do Código, com a garantia suplementar do contraditório prévio ao recebimento da denúncia.

PROJETO DE LEI N° _____, DE 1994

Altera o título do Livro II e os arts. 394 a 405 do Decreto-lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

Art. 1º. O Livro II do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código do Processo Penal, passa a intitular-se "DO PROCEDIMENTO".

Art. 2º. O Título I, os Capítulos I e II, do Livro II, e os arts. 394 a 405 do referido Decreto-lei passam a ter a seguinte redação:

TÍTULO I

DAS FORMAS PROCEDIMENTAIS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 394. O procedimento, nos processos de conhecimento de caráter condenatório, será comum ou especial.

§ 1º. O procedimento comum será ordinário ou sumário:

a) ordinário, quando tiver por objeto crime punido com reclusão;

b) sumário, nas demais hipóteses, sendo sumaríssimo nas causas referentes a infrações de menor potencial ofensivo.

§ 2º. Aplicam-se subsidiariamente aos procedimentos especiais e sumário as disposições do procedimento ordinário.

CAPÍTULO II

DO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Art. 395. Nos processos por crimes a que for cominada pena de reclusão, ainda que alternativamente, oferecida a denúncia ou a queixa, o juiz, deferindo liminarmente seu processamento, ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de

10 (dez) dias, contados da data da juntada do mandado aos autos ou da primeira publicação do edital de citação.

§ 1°. Na resposta, consistente em defesa prévia e exceção, o acusado poderá arguir preliminares e invocar tudo que interesse à sua defesa, podendo oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas.

§ 2°. A exceção será processada em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112.

§ 3°. Se a resposta não for apresentada no prazo legal, ou o acusado não constituir defensor, o juiz nomeará dativo para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias.

§ 4°. Apresentada a defesa, o juiz, após ouvir o Ministério Público ou o querelante, sobre preliminares e documentos, em 5 (cinco) dias, proferirá em igual prazo decisão motivada, recebendo ou não a acusação.

§ 5°. Se entender imprescindível, o juiz determinará a realização de diligências, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Art. 396. Observado o disposto no art. 43, a denúncia ou queixa será rejeitada também quando:

I - manifestamente inepta, ou faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal;

II - não houver justa causa para a acusação;

III - o juiz considerar plenamente comprovada a defesa e absolver sumariamente o acusado.

Art. 397. Contra a sentença que indeferir liminarmente ou rejeitar a denúncia ou a queixa caberá recurso de apelação, assegurado o contraditório no procedimento recursal.

Art. 398. Recebida a denúncia ou a queixa, o juiz designará dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, ordenando a intimação do acusado, do Ministério Público e, se for o caso, do querelante e do assistente.

Art. 399. Na audiência de instrução e julgamento, a ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o acusado será interrogado, procedendo-se em seguida à oitiva do ofendido, se possível, inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, na ordem enunciada, bem como aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas.

Art. 400. Na instrução do processo serão inquiridas, no máximo, 8 (oito) testemunhas de acusação e 8 (oito) de defesa.

§ 1º. Nesse número não se compreenderão as que não prestam compromisso e as referidas.

§ 2º. A parte, com anuência da outra, poderá desistir da inquirição de qualquer das testemunhas arroladas, se considerar suficientes as provas, ressalvado o disposto no art. 209.

Art. 401. Encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, existente nos autos, de circunstância elementar não contida, explícita ou implicitamente na acusação, o Ministério Público poderá aditar a denúncia ou queixa, reduzindo-se a termo o aditamento.

§ 1º. Ouvido o defensor do acusado, e admitido o aditamento, o juiz designará desde logo dia e hora para continuação da audiência, com

determinação de novo interrogatório do acusado, inquirição de testemunhas, e realização de debates e julgamento.

§ 2º. Cada parte poderá arrolar, no máximo, mais 3 (três) testemunhas.

§ 3º. Não recebido o aditamento, a audiência prosseguirá.

Art. 402. Em qualquer das hipóteses do artigo anterior, produzidas as provas requeridas, o Ministério Público, o querelante e o assistente, e a seguir, o acusado, poderão requerer as diligências cuja necessidade ou conveniência se origine de circunstâncias ou fatos apurados na instrução.

Art. 403. Não havendo requerimento de diligências, ou sendo indeferido, o juiz ordenará o oferecimento de alegações finais orais, pelo prazo de 10 (dez) minutos, respectivamente, à acusação e à defesa, prorrogável por mais 5 (cinco), proferindo a sentença a seguir.

§ 1º. Havendo mais de um acusado, o prazo para a defesa será prorrogado por mais 10 (dez) minutos, dividido o total proporcionalmente entre os respectivos defensores.

§ 2º. Ao assistente do Ministério Público, após a manifestação deste, serão concedidos 10 (dez) minutos.

§ 3º. O juiz poderá, considerada a complexidade do caso, conceder às partes o prazo de 5 (cinco) dias, sucessivamente, para a apresentação de memoriais, contado o da defesa a partir do término do concedido para a acusação.

§ 4º. Nesse caso, o juiz terá o prazo de 5 (cinco) dias para proferir a sentença.

Art. 404. A audiência será concluída, com as alegações finais, ou a concessão de apresentação de memoriais, ainda que considerada imprescindível diligência ordenada de ofício, ou a requerimento da parte.

§ 1º. Realizada, em seguida, a prova determinada, as partes serão ouvidas, sucessivamente, em 48 (quarenta e oito) horas, e, no prazo de 5 (cinco) dias, o juiz proferirá sentença.

§ 2º. No caso de apresentação de memoriais, o prazo a que se refere o parágrafo anterior será absorvido pelo previsto no § 3º do art. 403, cujo início ocorrerá após a realização da prova.

Art. 405. Do ocorrido em audiência será lavrado termo em livro próprio.

§ 1º. Sempre que possível, o registro dos atos praticados em audiência será feito pelos meios ou recursos de gravação magnética, estenotipia ou técnica similar, destinada a obter a maior fidelidade da prova.

§ 2º. A transcrição do registro constará dos autos."

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor no prazo de 2 (dois) meses depois de sua publicação, revogadas as disposições dos arts. 384, 498, 499, 500, 501 e 502 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A alteração da redação dos arts. 514 e 517 do atual Código de Processo Penal torna-se necessária para a compatibilização dos dispositivos com as alterações procedidas nos enunciados dos arts. 394 a 405 e 531 a 539 do mesmo diploma legal.

Tendo a Constituição Federal de 1988, no art. 98, I, previsto a possibilidade de conciliação em infrações de menor potencial ofensivo, mediante procedimento oral e sumaríssimo, permitida a transação, faz-se necessário que se dê cumprimento à norma constitucional. Propõe-se, assim, ao ensejo da reforma do Código de Processo Penal, a alteração dos arts. 531 a 539, disciplinando o procedimento para as infrações de menor potencial ofensivo.

A norma constitucional, a preconizar transação, insere-se no rico filão que advoga a manutenção, como regra geral, da obrigatoriedade e da indisponibilidade da ação penal pública, abrindo, porém, espaço à denominada "discrecionalidade regulada", contida pela lei e submetida a controle jurisdicional.

A idéia de que o Estado deve perseguir penalmente, sem exceção, toda e qualquer infração, sem admitir, em hipótese alguma, certa dose de discrecionalidade ou disponibilidade da ação penal pública, mostrou com toda evidência sua falácia e hipocrisia.

Na prática, operam diversos critérios de seleção informais e politicamente caóticos que abrangem os órgãos da persecução penal e judiciais.

Por outro lado, na linha do pensamento atual de maior valorização da vítima, importante que se utilize da fase anterior à instauração do processo para a tentativa de conciliação entre autuado e ofendido, mecanismo relevante para a reparação rápida dos danos sofridos em razão do crime e também vigoroso fator de apaziguamento dos ânimos entre os envolvidos na cena criminosa, com inegáveis reflexos na tranquilidade social.

Urge, ainda, que se dote o sistema brasileiro do procedimento marcado pela oralidade e mais célere do que o sumário dos atuais arts. 531 a 539.

A concentração, a imediação, a identidade física do juiz conduzem à melhor apreciação das provas e tornam o procedimento mais ágil, colaborando para a desburocratização e simplificação da justiça.

Aproveitam-se, ainda, as experiências de outros países - Itália e Portugal - que, em recentes reformas, permitiram também a atenuação da obrigatoriedade da ação penal.

Dos elementos indicados, resultou o Anteprojeto, cujas linhas fundamentais podem assim ser resumidas:

a - infrações de menor potencial ofensivo: serão assim consideradas as contravenções penais e os crimes punidos com, no máximo, 2 (dois) anos de detenção;

b - fase preliminar: destinar-se-á à tentativa de conciliação, que resulta na transação no campo civil e na aplicação de multa ou de medidas restritivas de direitos;

c - procedimento sumário: não ocorrendo a transação, o Ministério Público formulará oralmente a denúncia, ficando clara a dispensa do inquérito policial. Normas correlatas tratam do oferecimento da queixa. Oferecida a denúncia ou queixa, o interrogatório, a instrução e o julgamento serão feitos em audiência única;

d - registros criminais: havendo aceitação da proposta pelo autuado, não constarão de certidões de antecedentes criminais, salvo para evitar uma segunda proposta pelo Ministério Público no período de cinco anos;

e - para os demais crimes, apenados com pena de detenção superior a dois anos, descarta-se-á a tentativa de conciliação, mas se adotará o procedimento sumário, com modificações acarretadas pela necessidade de inquérito e pela denúncia escrita.

PROJETO DE LEI N° _____, DE 1994

Altera a redação dos arts. 514 e 517, suprime o Capítulo V, do Título II, do Livro II, e modifica os arts. 531 a 539 do Decreto-lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

Art. 1°. Os arts. 514 e 517 do Decreto-lei 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 514. Estando a denúncia ou a queixa devidamente formalizada, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação do acusado para responder por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias."

"Art. 517. Recebida a denúncia ou a queixa, proceder-se-á em conformidade com o disposto no Título I do Livro II."

Art. 2°. Suprimido o Capítulo V, acrescenta-se Título III ao Livro II do Decreto-lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal - intitulado "Do procedimento sumário", passando os arts. 531 a 539, subdivididos em 3 (três) capítulos, a ter a seguinte redação:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 531. Será sumário, ou sumaríssimo, o procedimento relativo ao processo das contravenções e dos crimes punidos com pena de detenção.

Parágrafo único. A tentativa de conciliação de que trata este Título restringir-se-á ao procedimento sumaríssimo, relativo às infrações penais de menor potencial ofensivo, assim consideradas as contravenções e os crimes a que for cominada pena máxima de 2 (dois) anos de detenção.

Art. 532. A autoridade policial, tomando conhecimento da prática da infração de menor potencial ofensivo, lavrará autuação sumária, encaminhando-a imediatamente a juízo, e requisitará os exames periciais necessários.

§ 1º. No ato de lavratura da autuação sumária, a autoridade policial intimará o autuado e, se possível, o ofendido, da designação de audiência de conciliação, que se realizará no prazo máximo de 10 (dez) dias, em data determinada pelo juiz competente, devendo para tanto comunicar-se com este.

§ 2º. Não sendo possível a intimação nos termos do parágrafo anterior, o juiz ordenará sua realização por via postal.

§ 3º. Se for o caso, será também intimado o responsável civil.

§ 4º. Sendo impossível ou ineficaz a intimação de que trata este artigo, ter-se-á como prejudicada a tentativa de conciliação, assumindo o processo desde logo o rito sumário (arts. 538).

CAPITULO II

DA FASE PRELIMINAR

Art. 533. Na audiência de conciliação, presentes o representante do Ministério Público, o autuado e o ofendido, e, se for o caso, o responsável civil, assistidos de seus advogados, o juiz esclarecerá sobre a possibilidade de reparação dos danos e de transação penal (Constituição Federal, art. 98, I).

§ 1º. O juiz promoverá a conciliação, respeitada a vontade das partes, sem qualquer espécie de imposição.

§ 2º. Havendo transação, que versará, conjunta ou isoladamente, sobre a reparação dos danos causados ao ofendido e a aplicação de multa ou medidas restritivas de direitos, o juiz a homologará.

§ 3º. Não será admitida a transação quando:

a) o autuado tiver sido condenado, pela prática de crime, por sentença transitada em julgado a menos de 5 (cinco) anos (Código Penal, art. 64, I);

b) o autuado tiver sido beneficiado anteriormente, no prazo de 5 (cinco) anos, por outra transação;

c) os antecedentes, a conduta social e a personalidade do autuado, bem como os motivos, as circunstâncias e as conseqüências do crime desaconselharem a adoção da medida.

§ 4º. A sentença homologatória da transação, com eficácia de título executivo civil e penal, não induzirá reincidência, devendo ser registrado exclusivamente para o efeito da alínea "b" do parágrafo anterior.

§ 5º. Cumpridas as condições estabelecidas na sentença homologatória da transação, o juiz julgará extinta a punibilidade.

§ 6º. Descumpridas as condições estabelecidas na transação, o juiz da execução decidirá sobre sua conversão, observado o limite de tempo fixado na sentença homologatória.

§ 7º. O pedido de arquivamento não prejudicará a tentativa de conciliação quanto à reparação dos danos.

CAPÍTULO III

DA ACUSAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Seção I

Do procedimento sumaríssimo

Art. 534. Na ação pública relativa às infrações penais de menor potencial ofensivo, não ocorrendo a transação, o Ministério Público, ou o querelante, oferecerá, de imediato, acusação oral, se não forem imprescindíveis novas diligências, podendo arrolar até 3 (três) testemunhas.

§ 1º. Para o oferecimento da acusação, que será elaborada com base no boletim de ocorrência referido no art. 532, prescindir-se-á do exame do corpo de delito quando a materialidade da infração puder ser aferida por boletim médico ou prova equivalente.

§ 2º. Se a complexidade ou circunstâncias do caso não permitirem a formulação da denúncia, o Ministério Público poderá requisitar a complementação da prova.

Art. 535. A audiência de instrução e julgamento será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias, podendo o acusado trazer testemunhas, no máximo de 3 (três), ou requerer a sua intimação até 10 (dez) dias antes da data fixada para o ato.

Art. 536. No dia e hora designados para a audiência de instrução e julgamento, se na fase preliminar não houver transação, proceder-se-á a nova tentativa de conciliação, nos termos do art. 533.

Art. 537. Frustrada a conciliação, o juiz dará a palavra ao defensor para responder à acusação, e, após ouvir o Ministério Público ou o querelante sobre a matéria preliminar constante da resposta, receberá, ou não, a denúncia ou a queixa. Recebida a acusação, o acusado será interrogado, se presente, ouvindo-se a seguir a vítima e as testemunhas

de acusação e de defesa, e passando-se imediatamente às alegações finais e à prolação da sentença.

§ 1º. Todas as provas serão produzidas na audiência, podendo o juiz indeferir as consideradas desnecessárias, impertinentes ou protelatórias.

§ 2º. De todo o ocorrido, será lavrado termo, assinado pelo juiz e pelas partes, contendo breve resumo dos fatos relevantes da audiência.

§ 3º. Sempre que possível, o registro dos atos praticados em audiência será feito pelos meios ou recursos de gravação magnética, estenotipia ou técnica similar, destinada a obter maior fidelidade da prova; e deverá ser transcrito aos autos.

§ 4º. A sentença, dispensado o relatório, será fundamentada.

§ 5º. Nenhum ato será adiado, salvo quando entendida imprescindível a prova faltante, determinando o juiz a condução coercitiva de quem deva comparecer.

Seção II

Do procedimento sumário

Art. 538. Aplicar-se-á, no que couber, ao procedimento relativo aos processos por crimes punidos com detenção superior a 2 (dois) anos, o disposto nos arts. 534 a 537, com as seguintes modificações.

I - a denúncia ou a queixa será oferecida por escrito, com base no inquérito policial ou em peças de informação;

II - oferecida a denúncia ou a queixa, o juiz, deferindo liminarmente o seu processamento, ordenará a citação do acusado para

responder à acusação, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data da juntada do mandado aos autos ou da primeira publicação do edital de citação;

III - na resposta, consistente em defesa prévia e exceção, o acusado poderá argüir preliminares e invocar tudo que interesse à sua defesa, podendo oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar até 3 (três) testemunhas;

IV - a exceção será processada em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112;

V - se a resposta não for apresentada no prazo legal, ou o acusado não constituir defensor, o juiz nomeará dativo para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 5 (cinco) dias;

VI - apresentada a resposta, o juiz, após ouvir o Ministério Público ou o querelante sobre preliminares e documentos, proferirá, em 48 (quarenta e oito) horas, decisão motivada, recebendo, ou não, a acusação;

VII - ao receber a acusação, o juiz designará audiência de instrução e julgamento.

Art. 539. O procedimento sumário deverá ser concluído no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 3º. As disposições desta lei não se aplicarão aos processos penais cuja instrução já tiver sido iniciada.

Art. 4º. O Poder Executivo encaminhará, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, projeto de lei criando, no Distrito Federal, Juizados Especiais para julgamento das infrações penais de menor potencial ofensivo.

Parágrafo único. Enquanto não criados no Distrito Federal e nos Estados os Juizados Especiais, o julgamento das infrações penais de menor potencial ofensivo será realizado pelos órgãos judiciários existentes.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor 2 (dois) meses depois de sua publicação.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Muitas vezes, desde o início do processo, vislumbra-se a possibilidade, na hipótese de condenação, de conceder-se ao acusado a suspensão condicional da pena, ante a constatação de ser primário e ter bons antecedentes, além do fato do pequeno potencial ofensivo da inflação.

Em face de todas essas circunstâncias, razoável afigura-se a presunção de que não voltará a delinquir.

Por tais motivos, desnecessária será a continuação do procedimento, com o recurso de um longo *iter* e conseqüente demora de dois ou mais anos para, só então, ser proferido o julgamento da causa.

O processo foi criado em favor do acusado, para permitir-lhe provar que não praticou o ilícito ou que o ilícito praticado é menos grave do que consta da imputação, concretizada, destarte, garantia tão notável que os processualistas chegam a denominar os códigos de processo como estatutos protetores dos inocentes.

Por isso que, nas hipóteses mencionadas, se o crime imputado ao acusado for punido com pena não superior a dois anos e, pelas circunstâncias do fato e qualidades do infrator, a aplicação da medida for aconselhável, porque suficiente para o caso, o juiz, ao receber a denúncia

e interrogá-lo, por iniciativa própria ou a requerimento das partes, proporá a suspensão do processo.

O acusado tomará conhecimento da proposta em audiência especialmente designada, presente o defensor constituído ou dativo.

Aceita a proposta, o processo ficará suspenso de um a três anos, e o acusado continuará em liberdade, sujeito a algumas condições, dentre as quais deverá figurar, obrigatoriamente, a de reparar, se possível, o dano causado ao ofendido. O juiz estabelecerá valor mínimo da indenização, sem prejuízo da possibilidade do ofendido propor ação civil para sua complementação. Durante a suspensão não fluirá o prazo de prescrição. A colocação do acusado em regime de prova, sem condenação, dar-lhe-á a oportunidade de resgatar sua falta com dignidade e, portanto, com vantagem para ele. O ofendido também será beneficiado, na medida do possível, com a reparação do dano sofrido.

Por último, lucra a coletividade em razão da considerável economia de trabalho, tempo e pessoal.

PROJETO DE LEI N° _____, DE 1994

Altera o título do Capítulo VII, do Título II, do Livro II, e os arts. 549 a 555 do Decreto-lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

Art. 1°. O Capítulo VII, do Título II, do Livro II, do Decreto-lei n° 3.689 de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, passa a intitular-se "Da Suspensão Condicional do Processo", e os arts. 549 a 555 a ter a seguinte redação:

"Art. 549. Recebida a denúncia ou a queixa, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento do Ministério Público ou do interessado,

suspender o processo, por 1 (um) a 3 (três) anos, e colocar o acusado em regime de prova, desde que:

I - o fato a ele atribuído for punido com pena não superior a 2 (dois) anos;

II - o acusado não tiver sido condenado por crime doloso a pena privativa de liberdade, ressalvado o disposto no art. 64, I, do Código Penal;

III - os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos, as circunstâncias e as conseqüências do crime, indiquem ser necessária e suficiente a adoção da medida.

Art. 550. Ao conceder a suspensão, o juiz estabelecerá as condições a que ficará sujeito o acusado, desde que adequadas ao fato e à sua pessoa, devendo figurar dentre elas:

I - obrigação de reparar o dano causado pelo crime, fixado o valor mínimo da reparação;

II - proibição de ausentar-se da Comarca onde reside, sem comunicação ao juiz;

III - comparecimento mensal a juízo, para informar e justificar suas atividades;

IV - prestação de fiança, nos termos da lei.

Art. 551. A suspensão será proposta pelo juiz, em audiência especialmente designada, presentes o acusado, o defensor constituído ou dativo, o ofendido e o Ministério Público.

§ 1º. Antes de conceder a medida, o juiz interrogará o acusado.

§ 2º. O ofendido limitar-se-á a prestar informações e subsídios para o efeito da fixação do valor mínimo da reparação.

§ 3º. Não aceita a suspensão, o processo prosseguirá.

Art. 552. A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o acusado:

I - for condenado, em sentença irrecorrível, por crime doloso;

II - deixar de reparar o dano causado ao ofendido, podendo fazê-lo;

III - deixar de prestar a fiança estabelecida.

Art. 553. O juiz poderá revogar a suspensão, ou prorrogar o período de prova até o máximo, quando este não for o fixado, se, no curso do prazo, o acusado vier a ser processado por outro crime ou descumprir qualquer das demais condições impostas.

Art. 554. Durante a suspensão condicional do processo, ficará suspenso o prazo de prescrição.

Art. 555. Expirado o prazo sem revogação da medida, o juiz declarará extinta a punibilidade e determinará o cancelamento dos registros."

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor 2 (dois) meses depois da sua publicação.

2º CONJUNTO DE PROJETOS

1. PROVA ILÍCITA

2. PROVA PERICIAL

3. PROVA TESTEMUNHAL

4. DEFESA EFETIVA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A Constituição de 1988, no inciso LVI do art. 5º, consolidou a posição internacional no sentido da inadmissibilidade processual das provas obtidas por meios ilícitos. E a doutrina entende por prova ilícita a colhida com infringência de normas ou princípios colocados pela Constituição, para proteção das liberdades públicas e dos direitos da personalidade.

Constituem, assim, provas ilícitas as obtidas com violação do domicílio (art. 5º, XI, da CF) ou das comunicações (art. 5º, XII, da CF), as conseguidas mediante torturas ou maus-tratos (art. 5º, III, da CF), as colhidas com infringência à intimidade (art. 5º, X, da CF) etc.

É oportuno que a lei processual penal fixe as balizas da regra constitucional de exclusão das provas ilícitas, em qualquer hipótese, conceituando-as e tomando posição quanto à sua admissibilidade e proibição de utilização, mesmo quando se trate da denominada prova ilícita por derivação, ou seja, da prova não ilícita por si mesma, mas conseguida por intermédio de informações obtidas por provas ilicitamente colhidas.

PROJETO DE LEI N° _____, DE 1994

Dá nova redação aos artigos 155, 156 e 157 do Decreto-lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Os artigos 155, 156 e 157 do Decreto-lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 155. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova.

Parágrafo único. Somente quanto ao estado das pessoas serão observadas as restrições à prova estabelecidas na lei civil.

Art. 156. A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, mas o juiz poderá, no curso da instrução ou antes de proferir sentença, determinar, de ofício, diligências para dirimir dúvidas sobre pontos relevantes.

Art. 157. Serão inadmissíveis as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas com violação a princípios ou normas constitucionais, e as delas resultantes.

Parágrafo único. Serão desentranhados dos autos os registros que contiverem provas ilícitas".

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor 02 (dois) meses após a data de sua publicação.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

É necessário simplificar e agilizar a produção de perícias, notadamente nas regiões mais distantes e desprovidas de recursos, de modo que se elabore regramento simples para o caso de inexistência de perito oficial na região.

Por outro lado, busca-se aproximar a disciplina da perícia no processo penal daquela adotada no processo civil, com a possibilidade de indicação de assistente técnico pelas partes.

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 1994

Altera o artigo 159 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. O artigo 159 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 159. O exame do corpo de delito e outras perícias serão efetuados, em regra, por perito oficial.

§ 1º. Não havendo perito oficial, o exame será feito por duas pessoas idôneas, escolhidas, de preferência, dentre as quais tiverem habilitação técnica.

§ 2º. Os peritos não oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.

§ 3º. O Ministério Público, o querelante, o assistente e o réu poderão designar assistente técnico."

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente as da Lei nº 8.862, de 28 de março de 1994.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor 02 (dois) meses após a data de sua publicação.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A proposta de alteração do enunciado do art. 212 do Código de Processo Penal justifica-se pela necessidade de agilização dos procedimentos, tanto mais quanto se tenha presente a imprescindibilidade de conclusão do processo num "prazo razoável".

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 1994

Altera a redação do artigo 212 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. O artigo 212 do Decreto-lei 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 212. As perguntas da parte serão formuladas diretamente à testemunha, indeferindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com a causa, ou importarem na repetição de outra já respondida."

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor 02 (dois) meses após a data de sua publicação.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A ausência de defesa, assim como a defesa deficiente, afrontam os princípios do contraditório e da defesa ampla. Por isso que se exige do defensor efetividade na demonstração das teses da defesa.

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 1994

Acrescenta parágrafo único ao artigo 261 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O artigo 261 do Decreto-lei 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, fica acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 261.

Parágrafo único. A defesa deverá ser efetiva, exigindo demonstração das teses."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor 02 (dois) meses após a data de sua publicação.

3º CONJUNTO DE PROJETOS

1. CITAÇÃO POR EDITAL/SUSPENSÃO DO PROCESSO

2. INTIMAÇÃO DAS PARTES

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A Constituição Federal dispõe que ninguém será privado da liberdade sem o devido processo legal (art. 5º, inc. LIV), e a Convenção Americana de Direitos Humanos, que hoje integra o ordenamento jurídico-constitucional brasileiro, expressamente garante ao acusado a comunicação prévia e pormenorizada da acusação formulada - o que evidentemente não ocorre pela citação por edital.

Por outro lado, processar o acusado citado por editais significa não apenas infringir garantias constitucionais - pois até a defesa técnica nessa hipótese será inoperante - como ainda, na esmagadora maioria dos casos, frustrar o resultado de um processo em que a eventual sentença condenatória, à falta de localização do acusado, não será efetivamente cumprida.

Por isso, vários ordenamentos processuais modernos coíbem, após o recebimento da denúncia, o prosseguimento do processo sem o desconhecimento do acusado. É o caso da Alemanha e, na América Latina, do Código de Processo penal Modelo Ibero-Americano, numa postura acolhida em legislações modernas.

A proposta ora apresentada distingue duas hipóteses: a do acusado não comparecente, desde a citação edital, prevendo-se para esse caso a suspensão do processo, após o recebimento da denúncia e a produção antecipada das provas consideradas urgentes pelo Juiz. Como forma de incentivar o acusado a comparecer, retomando o processo seu curso, estipula-se que durante a suspensão do processo não corra o prazo prescricional.

A segunda hipótese, que é de abandono do processo após a citação - quando já houve ao menos o contato do acusado com o defensor, que pode encarregar-se da defesa -, configura a ausência do foragido, que não obsta ao prosseguimento do processo. O projeto do Código de Processo Penal da Província Argentina de Santa Fé prevê essa duplicidade de soluções.

Em termos de agilização dos processos, parece que a solução alvitrada poderá desafogar os trabalhos das Varas Criminais, diminuindo ainda o número extraordinário de mandados de prisão que aguardam cumprimento.

PROJETO DE LEI N° _____, DE 1994

Altera os artigos 366, 367, 368 e 369 do Decreto-lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1°. Os artigos 366, 367, 368 e 369 do Decreto-lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 366. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva, nos termos do disposto no artigo 312.”

§ 1°. As provas antecipadas serão produzidas na presença do Ministério Público e do defensor dativo.

§ 2°. Comparecendo o acusado, ter-se-á por citado pessoalmente, prosseguindo o processo em seus ulteriores atos,

ressalvado o direito à repetição da prova, se justificada a sua necessidade, e se possível.

Art. 367. O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo.

Art. 368. Estando o acusado no estrangeiro, mas em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.

Art. 369. As citações que houverem de ser feitas em legações estrangeiras serão efetuadas mediante carta rogatória."

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor 02 (dois) meses após a data de sua publicação.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

No processo civil, o sistema ora proposto é utilizado há décadas, sem notícia de problemas e amparado por segura jurisprudência.

Velha aspiração dos magistrados criminais, para modernização do instrumento processual, o sistema proposto foi objeto de tese aprovado por unanimidade no VII Encontro de Tribunais de Alçada, realizado em São Paulo (cf. Sidnei Agostinho Beneti, "Da Intimação do Defensor pela Imprensa Oficial no Processo Criminal", RT, 616/263). E o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em sessão plenária, aprovou por unanimidade a alteração da lei processual penal nos termos ora propostos.

Aduza-se, finalmente, que o sistema proposto veio a ser adotado, *mutatis mutandis*, em 1983, mas com indisfarçáveis equívocos ora corrigidos.

PROJETO DE LEI N° _____, DE 1994

Altera a redação do artigo 370 do Decreto-lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° O artigo 370 do Decreto-lei 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 370.

§ 1°. A intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente far-se-á por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca, contendo, sob pena de nulidade, o nome do acusado.

§ 2°. O órgão da publicação, na mesma edição, relacionará, separadamente, em ordem alfabética, os nomes dos advogados referidos no parágrafo anterior.

§ 3°. Caso não haja órgão de publicação dos atos judiciais na comarca, a intimação far-se-á diretamente pelo escrivão, por mandado, por via postal com comprovante de recebimento, ou por qualquer outro meio idôneo.

§ 4°. A intimação pessoal feita pelo escrivão dispensará a publicação a que alude o parágrafo primeiro.

§ 5°. A intimação do Ministério Público e do defensor nomeado será pessoal."

Art. 2°. Esta lei entrará em vigor 02 (dois) meses após a data de sua publicação.

4° CONJUNTO DE PROJETOS

1. PRISÃO PREVENTIVA/VÍTIMA

2. FIANÇA

3. PRISÃO TEMPORÁRIA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O projeto procura compatibilizar as disposições do Código de Processo Penal relativas à prisão de natureza cautelar com as garantias do direito de liberdade previstas na Constituição Federal de 1988, sem prejuízo da exigência de maior seriedade na repressão penal.

Assim, é sugerida, em primeiro lugar, a modificação da redação do art. 300, para tornar mais efetiva a indispensável separação entre presos provisórios e os já definitivamente condenados.

Com relação ao art. 312, sugere-se a substituição da referência à expressão "garantia da ordem pública", fórmula de conteúdo indeterminado, como motivo que autoriza a prisão preventiva, pela existência de fundadas razões de que o indiciado, ou acusado, praticará novas inflações penais de criminalidade organizada, de ofensa à probidade administrativa, ou mediante violência ou grave ameaça à pessoa.

Paralelamente, é proposta a possibilidade de imposição de outros tipos de restrição de liberdade, em substituição à prisão.

Em casos de crimes contra a fé pública, a administração pública, a ordem tributária, a ordem econômica, as relações de consumo, ou contra o sistema financeiro, é sugerida ainda a possibilidade de imposição de outras medidas restritivas, como afastamento do exercício da função pública e impedimento do acusado de participar, direta ou indiretamente, de licitação ou de contrato com a administração pública direta, indireta ou fundacional e com empresas públicas e sociedade de economia mista.

Com relação à prisão decorrente de pronúncia ou de sentença condenatória recorrível, também se propõe a exigência de fundamentação expressa por parte do magistrado. Dessa forma, só quando necessário o acusado será recolhido à prisão para ser julgado pelo Júri ou para recorrer.

De outro lado, há tendência universal em tutelar a vítima, inclusive no âmbito do processo penal, superando-se o grande período em que ficou relegada ao esquecimento.

Um dos pontos considerados relevantes por quase todos os movimentos em prol do ofendido é a reparação do dano de maneira rápida e eficiente no próprio processo penal. Necessário, então, buscar mecanismos que o possibilitem o quanto antes.

A sugestão apresentada é no sentido da fixação de um valor mínimo da reparação, que poderá ser estimado pelo juiz nos casos mais simples (v. g., furto, apropriação) com base em elementos colhidos nos autos e, em hipóteses mais complexas (v. g., lesões corporais, morte), com apoio em tabelas previstas para fins previdenciários de larga utilização ou, ainda, em outras eventualmente existentes.

Essa indenização mínima será exigível após o trânsito em julgado da sentença condenatória, sem prejuízo da liquidação, em processo apropriado, do valor dos danos efetivamente sofridos.

PROJETO DE LEI N° _____, DE 1994

Acrescenta parágrafo único ao artigo 63, o inciso VII e parágrafos ao artigo 387 e altera os arts. 300, 312, 319, 320 e 408 do Decreto-lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Acrescente-se parágrafo único ao artigo 63 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Transitada em julgado a sentença condenatória, a execução poderá efetuar-se pelo valor fixado nos termos do art. 387, VII, sem prejuízo da liquidação para a apuração do dano efetivamente sofrido."

Art. 2º. Os arts. 300, 312, 319, 320, 387 e 408 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código do Processo Penal, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 300. As pessoas presas provisoriamente ficarão separadas das que já estiverem definitivamente condenadas."

"Art. 312. Verificada a existência de crime e de indícios suficientes da autoria, a prisão preventiva poderá ser decretada se houver fundadas razões de que o indiciado ou acusado venha a criar obstáculos à regular instrução do processo, à execução da sentença ou praticar novas infrações penais de criminalidade organizada, de ofensa à probidade administrativa, ou mediante violência ou grave ameaça à pessoa".

"Parágrafo único. A prisão preventiva também será decretada quando o indiciado ou acusado descumprir ou tentar frustrar as restrições que lhe forem impostas na forma do disposto nos arts. 319 e 320."

"Art. 319. A prisão preventiva poderá ser substituída por medidas restritivas de liberdade, consistentes em:

I - apresentação semanal em local determinado;

II - proibição, sem autorização judicial, de ausentar-se:

a) da comarca, ou seção judiciária, por mais de oito dias;

b) do país;

c) da residência, salvo para exercer as funções relativas ao trabalho."

"Art. 320. No caso de crime contra a fé pública, contra a administração pública, a ordem tributária, a ordem econômica, as relações de consumo ou contra o sistema financeiro, será facultado ao juiz impor, também, as seguintes medidas:

I - afastamento do exercício de função pública;

II - impedimento de participar, direta ou indiretamente, de licitação pública, ou de contrato com a administração pública direta, indireta ou fundacional, e com empresas públicas e sociedades de economia mista."

"Art. 387

VII - Fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido.

§ 1º. O juiz decidirá, motivadamente, sobre a manutenção de prisão ou de medida restritiva de liberdade (art. 319) anteriormente decretada.

§ 2º. Quando imposta pena privativa de liberdade igual ou superior a oito anos, o juiz, fundamentadamente, decidirá sobre a decretação de prisão ou de medida restritiva de liberdade, atendidos os requisitos do art. 312."

"Art. 408.

Parágrafo único. Na pronúncia o juiz declarará o dispositivo legal em cuja sanção julgar incurso o acusado, e decidirá, motivadamente, sobre a manutenção de prisão ou de medida restritiva de liberdade (art.

319), anteriormente decretada, e, tratando-se de acusado solto, sobre a necessidade de sua decretação, atendidos os requisitos do art. 312."

Art. 3º Esta lei entrará em vigor, 2 (dois) meses após a sua publicação, ficando revogados os arts. 393, 594, 595 e os atuais parágrafos do art. 408 do Código de Processo Penal.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Esta proposta procura revitalizar o instituto da fiança, retirando limite de valores quando se trata de arbitramento feito pelo juiz.

Por outro lado, admite-se que a autoridade policial, no campo de suas atribuições, e em casos de comprovada pobreza, possa conceder a liberdade provisória, mediante termo de comparecimento, sem exigência de caução.

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 1994

Altera os arts. 322, 323, 325, 326 e 350, do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

Art. 1º. Os arts. 322, 323, 325, 326 e 350 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 322.

Parágrafo único. Nos demais casos do art. 323, a fiança será requerida ao Juiz, que decidirá em 48 (quarenta e oito) horas, fixando-a com observância do disposto no art. 326."

"Art. 323.

I - nos crimes punidos com reclusão, em que a pena mínima cominada for superior a 2 (dois) anos;

II - nos crimes dolosos, se o acusado tiver sido condenado por outro crime doloso a pena superior a 2 (dois) anos, mediante sentença transitada em julgado há menos de 2 (dois) anos."

"Art. 325. O valor da fiança quando fixada pela autoridade policial obedecerá aos seguintes limites:

I - de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, quando se tratar de inflação punida, no grau máximo, com pena privativa da liberdade até 2 (dois) anos;

II - de 10 (dez) a 50 (cinquenta) salários mínimos, quando se tratar de inflação punida, no grau máximo, com pena privativa de liberdade até 4 (quatro) anos;

III - de 50 (cinquenta) a 100 (cem) salários mínimos, quando se tratar de infração punida, no grau máximo, com pena privativa de liberdade, superior a 4 (quatro) anos.

Parágrafo único. Considerada a situação econômica do afiançado, a fiança poderá ser:

a) reduzida até o máximo de dois terços;

b) aumentada até o décuplo."

"Art. 326. Para arbitrar o valor da fiança, a autoridade que a conceder levará em consideração, além de outras circunstâncias, a natureza da infração e as condições econômicas e pessoais do acusado."

"Art. 350. Nos casos em que couber fiança, o juiz, ou a autoridade policial, verificando ser impossível ao indiciado ou acusado prestá-la, por motivo de pobreza, poderá conceder-lhe a liberdade provisória, sujeitando-o às condições estabelecidas nos arts. 327 e 328.

§ 1º. Se o indiciado ou acusado infringir, sem motivo justo, qualquer dessas condições, ou praticar outra infração penal, será revogado o benefício.

§ 2º. O escrivão intimará o indiciado ou acusado das condições e sanções previstas neste artigo."

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor 2 (dois) meses depois de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, inclusive as previstas em leis especiais.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Considerando a idéia central da reforma do processo penal de agilização e preservação dos direitos do acusado;

Considerando que dentre os preceitos constitucionais de maior relevância estão os da inviolabilidade da liberdade e o da preservação da inocência;

Considerando, no entanto, que, em caso de excepcional gravidade, a apuração dos fatos e de sua autoria tornam indispensável a prisão temporária dos investigados;

Considerando, ainda, que a lei disciplinadora desse tipo de prisão, - Lei nº 7.690, de 21.12.89, - está maculada por imperfeições e omissões, propõe-se:

a) a modificação do art. 1º;

b) a inclusão do crime de concussão aos crimes que viabilizam a prisão temporária;

c) a garantia de direitos aos presos temporários;

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 1994

Altera a redação dos arts. 1º e 3º da Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989.

Art. 1º. Os arts. 1º e 3º da Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 1º. Desde que evidenciada a existência de crime, havendo indícios de autoria ou de participação, e sendo imprescindível para as investigações policiais, caberá prisão temporária quando se tratar dos seguintes crimes:

- a) homicídio doloso (art. 121, "caput", e seu § 2º);
- b) seqüestro ou cárcere privado (art. 148, "caput", e seus §§ 1º e 2º);
- c) roubo (art. 157, "caput", e seus §§ 1º, 2º e 3º);
- d) extorsão (art. 158, "caput", e seus §§ 1º e 2º);
- e) extorsão mediante seqüestro (art. 159, "caput", e seus §§ 1º, 2º e 3º);
- f) estupro (art. 213, "caput", e sua combinação com art. 223, "caput", e parágrafo único);
- g) atentado violento ao pudor (art. 214, "caput", e sua combinação com o art. 223, "caput", e parágrafo único);
- h) rapto violento (art. 219, e sua combinação com o art. 223, "caput", e parágrafo único);
- i) epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º);
- j) envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal qualificado pela morte (art. 270, "caput", combinado com o art. 285);

l) quadrilha ou bando (art. 288);

m) concussão (art. 316), todos do Código Penal;

n) genocídio (arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956), em qualquer de suas formas típicas;

o) tráfico de drogas (art. 12 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976);

p) crime contra o sistema financeiro (Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986)."

"Art. 3º. Os presos temporários deverão permanecer obrigatoriamente separados dos demais, sendo-lhes assegurado:

I - alojamento condigno;

II - uso do próprio vestuário;

III - assistência jurídica;

IV - recebimento de visitas de parentes e amigos;

V - recebimento e envio de correspondência;

VI - assistência religiosa;

VII - assistência médica;

VIII - alimentação."

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor 2 (dois) meses depois de sua publicação.

5º CONJUNTO DE PROJETOS

1. AGRAVO

2. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

PROJETO DE LEI N° _____, DE 1994

Altera o Capítulo II do Título II do Livro III, dá nova denominação ao Capítulo V do Título II do Livro III, e estabelece nova redação para os artigos 574, 581 a 592, 609 e 610 do Decreto-lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1°. O Capítulo II do Título II do Livro III do Decreto-lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, contendo os artigos 581 a 592, passa a vigorar com a seguinte redação:

Capítulo II

DO AGRAVO

Art. 581. Caberá agravo, que subirá nos próprios autos ou por instrumento, da decisão que:

I - receber a denúncia ou a queixa;

II - declarar a incompetência do juízo;

III - acolher as exceções processuais, salvo a de suspeição;

IV - pronunciar ou impronunciar o réu;

V - conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar idônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória, relaxar a prisão em flagrante, aplicar ou revogar medidas cautelares restritivas de direitos;

VI - declarar ilícita a prova;

VII - julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor;

VIII - declarar extinta a punibilidade;

IX - indeferir pedido de extinção da punibilidade;

X - conceder ou negar o "habeas corpus";

XI - conceder, negar ou revogar a suspensão condicional da pena;

XII - anular o processo no todo ou em parte;

XIII - incluir jurado na lista geral ou desta o excluir;

XIV - não receber a apelação ou julgá-la deserta;

XV - determinar a suspensão do processo;

XVI - decidir o incidente de falsidade.

Art. 582. O agravo terá efeito suspensivo nos casos de perda da fiança, de inadmissibilidade ou deserção da apelação e noutros em que, a critério do relator, possa resultar da decisão lesão grave ou de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação do pedido.

§ 1º. Ao agravo interposto contra a impronúncia ou no caso do nº VIII do artigo 581, aplicar-se-á o disposto nos artigos 596 e 598.

§ 2º. O agravo contra a pronúncia suspenderá tão-somente o julgamento.

§ 3º. O agravo contra a decisão que julgar quebrada a fiança suspenderá unicamente o efeito da perda de metade do seu valor.

Art. 583. O agravo será interposto no prazo de 05 (cinco) dias.

Parágrafo único. No caso do artigo 581, XIII, o prazo será de 20 (vinte) dias, contados da data da publicação definitiva da lista de jurados.

Art. 584. O agravo, em qualquer das suas modalidades, será dirigido diretamente ao tribunal competente, mediante petição com os seguintes requisitos:

I - a exposição do fato e do direito;

II - as razões do pedido da reforma da decisão;

III - o nome e o endereço completo dos advogados constantes do processo.

Art. 585. O agravo subirá nos próprios autos:

I - nos casos do artigo 581,1, III, IV, VIII e X;

II - quando não prejudicar o andamento do processo.

§ 1º. O agravo interposto contra a impronúncia subirá por instrumento quando, havendo dois ou mais acusados, qualquer deles se conformar com o decidido ou todos não tiverem sido ainda intimados.

§ 2º. Se o agravante invocar o inciso II deste artigo para requerer a subida do agravo nos próprios autos, o juiz decidirá, em 48 (quarenta e oito) horas sobre a modalidade dessa subida.

Art. 586. A petição do agravo de instrumento será instruída:

I - obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante ou agravado.

II - facultativamente, com outras peças que o agravante entender úteis.

Parágrafo único. Tratando-se de defensor dativo ou público, e do Ministério Público, o agravante indicará, na petição de agravo, as peças

dos autos de que pretenda traslado. Neste caso, o traslado será extraído, conferido e concertado no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 587. Dentro de 02 (dois) dias, contados da interposição do agravo ou do dia de extração do traslado, o escrivão intimará o agravado para oferecimento de contraminuta, no prazo de 5 (cinco) dias, observado o disposto no artigo anterior, quando se tratar de agravo de instrumento.

Parágrafo único. Decorrido o prazo, para manifestação do agravado, o agravo será imediatamente remetido ao tribunal competente.

Art. 588. A intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente far-se-á pelo órgão oficial.

Art. 589. Recebido o agravo no tribunal e distribuído incontinenti, se não for caso de indeferimento liminar, segundo o artigo 590, o relator poderá:

I - requisitar informações ao juiz da causa, que as prestará no prazo de 10 (dez) dias;

II - atribuir efeito suspensivo ao agravo, em caso de dano irreparável ou de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação.

Art. 590. O relator negará seguimento ao agravo manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou contrário à súmula do respectivo tribunal ou tribunal superior.

Parágrafo único. Da decisão de indeferimento caberá agravo no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 591. Em prazo não superior a 30 (trinta) dias do recebimento do agravo, o relator pedirá dia para seu julgamento.

Art. 592. Publicada a decisão do tribunal, deverão os autos ser devolvidos, dentro de 5 (cinco) dias, ao juízo de origem."

Art. 2°. O art. 574 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 574. A lei local poderá estabelecer normas quanto ao procedimento da admissibilidade dos recursos ordinários."

Art. 3°. O Capítulo V do Título II do Livro III do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, passará a denominar-se "Do processo e do julgamento dos recursos nos tribunais".

Art. 4°. Os artigos 609 e 610 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 609. Os agravos, apelações e embargos serão julgados pelos tribunais de acordo com a competência estabelecida nas leis de organização judiciária.

Art. 610. Nos agravos e nas apelações interpostas das sentenças em processo de contravenção ou de crime a que a lei comine pena de detenção, os autos irão imediatamente com vista ao Procurador-Geral, pelo prazo de 5 (cinco) dias, e, em seguida, passarão, por igual prazo, ao relator, que pedirá designação de dia para julgamento."

Art. 5°. Aplicam-se as disposições desta lei, no que couber, ao agravo previsto na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal.

Art. 6°. Revogam-se os artigos 639 a 646 do Decreto-lei nº 3.698, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

Art. 7º. Esta lei entrará em vigor 2 (dois) meses após a data de sua publicação.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A redação que se projeta para o artigo 619 do Código de Processo Penal trará para o sistema recursal do processo penal os embargos de declaração nos moldes traçados pelo processo civil, inclusive no que tange a prazo. Já com a redação que se propõe para o art. 620, busca-se harmonizar as disciplinas dos embargos infringentes no processo civil e no processo penal sem, no entanto, descaracterizar o recurso como privativo da defesa.

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 1994

Dá nova redação aos artigos 619 e 620 e revoga o parágrafo único do artigo 609 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Os artigos 619 e 620 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 619. Caberão embargos de declaração quando:

I - houver no acórdão obscuridade, ambigüidade ou contradição;

II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o tribunal.

§ 1º. Os embargos serão opostos no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do acórdão, em petição dirigida ao relator, na qual será indicado o ponto obscuro, ambíguo, contraditório ou omissivo.

§ 2º. O relator porá os embargos em mesa para julgamento, na primeira sessão seguinte, proferindo seu voto.

§ 3º. Os embargos de declaração interromperão o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes.

Art. 620. Caberão embargos infringentes quando não for unânime a decisão proferida contra o acusado em apelação ou agravo. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência.

§ 1º. Os embargos serão opostos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do acórdão, em petição fundamentada.

§ 2º. Admitidos os embargos, o relator ouvirá o Ministério Público e o assistente, se houver, ou o querelante se for o caso, apresentando em seguida os autos para julgamento".

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor 2 (dois) meses após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a do parágrafo único do art. 609 do Decreto-lei 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

PROJETO ISOLADO JÚRI

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O Tribunal do Júri, clássica instituição democrática, foi expressamente mantido pela Constituição de 1988, assegurando-se-lhe a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida (art. 5º, XXXVIII). A redação do texto deixa claro que tal competência poderá ser ampliada para outros tipos de infração penal. Ressalta de tal conclusão a necessidade de aprimorar-se a atuação do tribunal popular, modernizando e simplificando o procedimento, além de conferir-lhe maior eficácia.

O Anteprojeto caracteriza-se pelos seguintes aspectos:

1º) Reduz a influência que a motivação da pronúncia possa exercer sobre os jurados: a decisão deverá restringir-se à indicação da materialidade do fato delituoso e de indícios suficientes de autoria ou participação, remetendo o processo para o Júri;

2º) Permite a realização do julgamento sem a presença do acusado que, em liberdade, poderá exercer a faculdade do não-comparecimento como um corolário lógico do direito ao silêncio constitucionalmente assegurado. Esta providência irá eliminar uma das *usinas da prescrição* além de estar em harmonia com o restante do sistema. Os arts. 413 e 414 do Código de Processo Penal tinham razão de ser até o advento da Lei nº 5.349, de 3.11.67, que revogou a prisão preventiva obrigatória e da Lei nº 5.941, de 22.11.73, que concedeu liberdade provisória ao pronunciado primário e de bons antecedentes. Antigamente a prisão provisória (preventiva ou de pronúncia) era *regra*; agora é *exceção*. Nenhuma dificuldade havia antes para intimar *pessoalmente* o réu pronunciado que estava geralmente preso, pois a partir do caso de tentativa de homicídio a prisão preventiva era compulsória;

3º) Suprime o libelo, na forma de antiga reivindicação já constante do anteprojeto José Frederico Marques (1070) e dos projetos de 1975 e 1983; fixando-se a oportunidade do requerimento de provas pela acusação e defesa a partir da intimação da pronúncia, em que estabelecidos os limites da acusação estão fixados na decisão de pronúncia;

4º) Institui o preparo do processo visando a deliberação judicial sobre requerimento de prova, o saneamento de nulidades e o esclarecimento sobre fato relevante; implementando-se o *princípio da concentração* de atos com vista à discussão e ao julgamento da causa, e

efetivando-se o relatório do processo nesta oportunidade, e não em plenário do júri;

5º) Amplia o processo de democratização da justiça popular, com o alistamento dos jurados dirigido a novos e representativos endereços comunitários, solicitados os respectivos nomes, além de junto aos setores já indicados atualmente, a outros centros de convivência, como as associações de bairros e as instituições de ensino, núcleos populares que, à luz das garantias constitucionais, estão se desenvolvendo em forma autônoma, e refletem as expressões da cidadania, que é um dos princípios fundamentais da República e a base institucional do Tribunal do Júri;

6º) Legitima o assistente do Ministério Público para requerer o desaforamento, medida constitutiva de uma possibilidade a mais para a realização da justiça material;

7º) Disciplina a organização da pauta em seção autônoma, providência importante para descongestionar a agenda do tribunal, e fundamental para o estabelecimento de uma ordem para a designação das datas de reuniões do júri;

8º) Regulariza mais adequadamente as etapas do sorteio e da convocação dos jurados, atendendo a antigas reivindicações dos trabalhadores do Júri. Além da dispensa de fórmula obsoleta (como a exigência da presença de um menor de 18 anos para tirar os nomes sorteados da urna), o Anteprojeto resguarda o interesse das partes em acompanhar o sorteio determinado a prévia intimação. Os jurados serão convocados pelo correio;

9º) Revaloriza a função do jurado, habilitando-o a obter, em igualdade de condições, determinados benefícios como a preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, em cargo ou função pública ou promoção funcional;

10) Concede maior eficácia e agilidade para a instrução em plenário do Júri, instituindo claramente o critério do "cross examination", com as perguntas feitas diretamente às testemunhas e ao próprio acusado, pelo Juiz-Presidente, pelas partes e jurados, - tudo com a necessária atenção aos *princípios da imediação e princípio da verdade material*;

11) Proporciona maior liberdade ao jurado para a formação de seu convencimento, com a possibilidade de solicitar ao orador a indicação da "folha dos autos por ele lida ou citada bem como esclarecimento sobre questão de fato" e de, a qualquer momento da discussão, examinar os autos, - em plena consonância com dois objetivos essenciais: a) ampliar os caminhos para a descoberta da verdade, superando dúvidas e incertezas que não podem ser confidenciais ou discutidas em voz alta, em face da incomunicabilidade a que estão submetidos os juízes populares; b) reduzir as possibilidades da indução em erro, expediente afrontoso aos princípios éticos de que se podem valer os procuradores de má-fé;

12) Adota a simplificação do questionário, modificando, extraordinariamente, a redação dos quesitos e a colheita dos votos, e, destarte, libertando o juiz, as partes e os jurados de um *tormento bíblico* a que estão atualmente condenados; e reduzindo-os a três, essencialmente, quais sejam, a materialidade, a autoria e a condenação (ou absolvição); a) se o acusado for condenado (com a afirmação do terceiro quesito), o juiz indagará sobre a causa de qualificação ou de especial aumento de pena constantes da pronúncia; b) deixará de existir o questionamento obrigatório em torno de circunstância atenuante que, na prática e se reconhecida, leva o Juiz de Direito a "sugerir" ao jurado a escolha de uma delas em face da relação do Código; e, c) caberá ao Presidente do Tribunal do Júri, no momento da sentença, reconhecer ou não a circunstância agravante ou atenuante;

13) Suprime o vetusto e inadequado protesto por novo júri. A sua eliminação é uma exigência dos tempos e da necessidade de aplicação da pena justa. No cotidiano forense, muitas penas para crimes graves contra a vida são fixadas aquém de 20 (vinte) anos de reclusão para impedir o protesto por novo júri. Essa estratégia processual, visando superar o inconveniente da revisão forçada do julgamento, geralmente muito trabalhoso, tem dois graves inconvenientes: a) constitui uma solução penal artificiosa, em oposição aos limites materiais da função jurisdicional; b) produz uma pena injusta para o caso concreto, gerando, não raro a insatisfação popular. Não há razão, nos dias presentes, para se manter o recurso do protesto por novo julgamento, que é herança do sistema criminal do Império quando a imposição da pena de morte e de galés perpétuas poderiam justificar esse tipo de revisão obrigatória. A supressão deste recurso já foi sustentada em valiosas opiniões de mestres do processo penal, como BORGES DA ROSA, e valorosos defensores do tribunal popular, a exemplo de MAGARINO TORRES;

14) Sem alterar os aspectos do procedimento que justificam a existência e o funcionamento do *tribunal do povo*, o anteprojeto procura cumprir os objetivos de *modernização, simplificação e eficácia* em torno dos quais gravitam os esforços e as esperanças da reforma processual penal.

PROJETO DE LEI N° _____, DE 1994

Altera a redação dos arts. 406 a 497 do Decreto-lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° O Capítulo III, do Título I, do Livro II e os arts. 406 a 497 do Decreto-lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, passam a ter a seguinte redação:

CAPÍTULO III

Do procedimento relativo aos processos de competência do Tribunal do Júri

Seção I

Da pronúncia, da impronúncia e da absolvição sumária

Art. 406. Encerrada a instrução, terão vista dos autos, para alegações, o Ministério Público e o assistente, pelo prazo comum de 5 (cinco) dias, e, em seguida, a defesa, por igual prazo.

§ 1º. Se houver querelante, terá este vista dos autos antes do Ministério Público, pelo mesmo prazo.

§ 2º. Nenhum documento será juntado nesta fase do processo.

Art. 407. Decorridos os prazos de que trata o artigo anterior, os autos serão conclusos, dentro de 2 (dois) dias, ao presidente do Tribunal do Júri, para saneamento de nulidade ou suprimimento de falta que prejudique o esclarecimento da verdade, inclusive inquirindo testemunhas (art. 209), e decisão, na forma dos artigos seguintes.

Art. 408. Se o juiz se convencer da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, pronunciará o acusado, e o sujeitará a julgamento pelo Tribunal do Júri.

Parágrafo único. Na decisão de pronúncia o juiz declarará o dispositivo legal em cuja sanção julgar incurso o acusado e decidirá, motivadamente, sobre a manutenção da prisão ou medida restritiva de liberdade, anteriormente decretada, e, tratando-se de acusado solto, sobre a necessidade de sua decretação, atendidos os requisitos do art. 312.

Art. 409. Se o crime for afiançável, o juiz arbitraré o valor da fiança para a concessão ou manutenção da liberdade provisória.

Art. 410. A fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação dos requisitos estabelecidos no art. 408.

Art. 411. O juiz não ficará adstrito à classificação do crime, feita na denúncia ou na queixa, embora o acusado fique sujeito à pena mais grave, atendendo-se, se for o caso, ao disposto no art. 415 e seu parágrafo.

Art. 412. Se nos autos houver indícios de autoria ou de participação de outras pessoas não incluídas na denúncia ou na queixa, o juiz, ao proferir a decisão de pronúncia, ou a sentença impronúncia, determinará que os autos voltem ao Ministério Público ou ao querelante para aditamento da inicial e demais diligências.

Art. 413. Não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz impronunciará o acusado.

Parágrafo único. Enquanto não ocorrer a extinção da punibilidade, poderá o processo ser reaberto, se houver novas provas.

Art. 414. O juiz absolverá desde logo o acusado, quando:

I - estiver provada a inexistência do fato;

II - o fato não constituir infração penal;

III - existir causa de isenção de pena ou de exclusão de crime (Código Penal, arts. 20, 21, 22, 23 e 28, 1º).

Art. 415. Quando o juiz se convencer, em discordância com a denúncia ou a queixa, da existência de crime diverso dos referidos no art. 74, § 1º, e não for o competente para julgá-lo, remeterá os autos ao juiz

que o seja. Em qualquer caso, será reaberto prazo para defesa e requerimento de provas, prosseguindo-se na forma do procedimento ordinário.

Parágrafo único. Remetidos os autos do processo a outro juiz, à disposição deste ficará o acusado preso.

Art. 416. Nos Estados onde a lei local de organização judiciária não atribuir a decisão de pronúncia ao presidente do Tribunal do Júri, o juiz competente procederá na forma dos artigos anteriores.

Art. 417. A intimação da decisão de pronúncia será feita:

I - ao acusado pessoalmente, se estiver preso, e ao seu defensor;

II - ao defensor constituído, quando solto o acusado, ao querelante e ao assistente do Ministério Público;

III - ao acusado ausente, por edital.

IV - ao Ministério Público e ao defensor nomeado, pessoalmente.

Art. 418. Se houver mais de um acusado, o processo somente prosseguirá em relação ao que for intimado da decisão de pronúncia.

Art. 419. Transitada em julgado a decisão de pronúncia, que especificará as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena, e somente poderá ser modificada pela verificação de circunstância superveniente que altere a classificação do crime, será aberta vista dos autos à acusação e à defesa, sucessivamente, pelo prazo de 5 (cinco) dias, para requerimento de provas e diligências.

Parágrafo único. Poderão ser arroladas, no máximo, 5 (cinco) testemunhas pela acusação e 5 (cinco) pela defesa, para inquirição em plenário.

Seção II

Do preparo do processo

Art. 420. Deliberando sobre os requerimentos de provas a serem produzidas ou exibidas no plenário do júri, e adotadas as providências devidas, o juiz:

I - ordenará as diligências necessárias para sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa;

II - relatará o processo, determinando sua inclusão em pauta da reunião do Tribunal do Júri.

Art. 421. Quando a lei local de organização judiciária não atribuir ao presidente do Tribunal do Júri o preparo para julgamento, o juiz competente remeter-lhe-á os autos do processo preparado até 5 (cinco) dias antes do sorteio a que se refere o art. 433.

Parágrafo único. Deverão ser remetidos, também, os processos preparados até o encerramento da reunião, para a realização de julgamento, se possível.

Seção III

Do alistamento dos jurados

Art. 422. Anualmente serão alistados pelo presidente do Tribunal do Júri, sob sua responsabilidade e mediante escolha procedida pelo conhecimento pessoal ou informação fidedigna, oitocentos a mil e quinhentos jurados nas comarcas de mais de um milhão de habitantes,

trezentos a setecentos nas comarcas de mais de cem mil habitantes, e oitenta a quatrocentos nas comarcas de menor população.

Parágrafo único. Nas comarcas, onde for necessário, será organizada lista de jurados suplentes, depositadas as cédulas em urna especial, com as cautelas mencionadas na parte final do § 2º do art. 425.

Art. 423. O juiz requisitará às autoridades locais, associações de classe, entidades associativas, instituições de ensino, sindicatos, repartições públicas e outros núcleos comunitários, a indicação de pessoas que reúnam as condições para exercer a função de jurado (arts. 436 a 446).

Art. 424. A lista geral, publicada até o dia 10 de outubro de cada ano, poderá ser alterada, de ofício ou mediante reclamação de qualquer do povo, até o dia 10 de novembro, data de sua publicação definitiva.

Parágrafo único. Nenhum jurado poderá permanecer na lista por mais de 2 (dois) anos consecutivos.

Art. 425. A lista geral dos jurados, com indicação das respectivas profissões, será divulgada pela imprensa e em editais afixados à porta do edifício do Tribunal do Júri.

§ 1º. Juntamente com a lista serão transcritos os artigos 436 a 446, que dispõem sobre a função de jurado.

§ 2º. Os nomes e endereços dos alistados, em cartões iguais, após verificados na presença do Ministério Público e de advogado indicado pela Seção local da Ordem dos Advogados do Brasil, permanecerão guardados em urna fechada à chave, sob a responsabilidade do juiz.

Seção IV

Do desaforamento

Art. 426. Se o interesse da ordem pública o reclamar, ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou segurança pessoal do acusado, o Tribunal de Justiça, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante, ou do acusado, ou mediante representação do juiz competente, poderá desaforar o julgamento para comarca próxima, onde não existam aqueles motivos.

§ 1º. O procedimento atenderá às disposições deste Código e do regimento interno do tribunal competente, ouvindo-se o juiz, quando a medida não for por ele solicitada.

§ 2º. Efetivado o julgamento, não mais se admitirá o pedido de desaforamento, salvo quanto a fato ocorrido durante ou após a realização de julgamento anulado.

Art. 427. O desaforamento também poderá ser determinado, a requerimento do acusado, se o julgamento não for realizado no período de 1 (um) ano, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.

§ 1º. Para a contagem do prazo referido neste artigo não se computará o tempo de adiamentos, diligências ou incidentes de interesse da defesa.

§ 2º. Na instrução e julgamento do pedido observar-se-á o disposto no § 1º do artigo anterior.

Seção V

Da organização da pauta

Art. 428. Salvo motivo relevante, que autorize alteração na ordem dos julgamentos, terão preferência os de:

I - presos;

II - dentre eles, os que estiverem há mais tempo na prisão;

III - em igualdade de condições, os precedentemente pronunciados.

Art. 429. Antes do dia designado para o primeiro julgamento da reunião periódica, será afixada na porta do edifício do Tribunal de Júri a lista dos processos a serem julgados, obedecida a ordem do artigo anterior.

Parágrafo único. O juiz reservará datas na mesma reunião periódica para a inclusão de processo que tiver o julgamento adiado em razão da ausência do Ministério Público, do defensor ou do curador do acusado (arts. 455 e 456).

Art. 430. O assistente somente será admitido se tiver requerido sua habilitação até 5 (cinco) dias antes da data da sessão na qual pretenda atuar.

Art. 431. Estando o processo em ordem, o juiz mandará intimar as partes, as testemunhas e os peritos para a sessão de instrução e julgamento, observando, no que couber, o disposto no art. 418.

Parágrafo único. Os jurados serão sorteados e convocados para a reunião, na forma dos arts. 432 a 435.

Seção VI

Do sorteio e da convocação dos jurados

Art. 432. Em seguida à organização da pauta, o juiz designará dia e hora para o sorteio dos jurados, intimados o Ministério Público, o assistente, o querelante e o defensor do acusado que será julgado na reunião.

Art. 433. O sorteio, presidido pelo juiz, far-se-á a portas abertas, cabendo-lhe retirar as cédulas até completar o número de 21 (vinte e um) jurados, para a reunião periódica ou extraordinária.

§ 1º. O sorteio será realizado entre o décimo quinto e o décimo dia útil antecedente à instalação da reunião.

§ 2º. A audiência de sorteio não será adiada pelo não-comparecimento das partes.

§ 3º. O jurado não sorteado poderá ter o seu nome reincluído para as reuniões futuras.

Art. 434. Os jurados serão convocados pelo correio para comparecer no dia e hora designados para a reunião, sob as penas da lei.

Parágrafo único. No mesmo expediente de convocação serão transcritos os arts. 436 a 446.

Art. 435. Serão afixados à porta do edifício do Tribunal do Júri a relação dos jurados convocados, os nomes do acusado, dos procuradores das partes e das testemunhas, além do dia, hora e local das sessões.

Seção VII

Da função do jurado

Art. 436. O serviço do júri é obrigatório, compreendendo o alistamento os cidadãos maiores de 21 (vinte e um) anos, residentes na comarca e de reputação ilibada.

Art. 437. Estão isentos do serviço do júri:

I - o Presidente da República e os ministros de Estado;

II - os Governadores e seus respectivos Secretários;

III - os membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e Distrital e das Câmaras Municipais;

IV - os prefeitos municipais;

V - os Magistrados e membros do Ministério Público;

VI - os serventuários da justiça e os funcionários do Poder Judiciário;

VII - as autoridades e servidores da Polícia e da Segurança Pública;

VIII - os militares em serviço ativo;

IX - os médicos;

X - os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos;

XI - aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento.

Art. 438. A recusa ao serviço do júri, fundada em convicção religiosa, filosófica ou política, importará na perda ou suspensão de direitos políticos, na forma da Constituição.

Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do artigo anterior, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, em cargo ou função pública, ou promoção funcional.

Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri.

Art. 442. O jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão, não poderá exercer os direitos previstos nos arts. 439 e 440.

Parágrafo único. Somente será aceita escusa apresentada até o momento da chamada dos jurados e fundada em motivo relevante, devidamente comprovado.

Art. 443. O jurado que, tendo comparecido à sessão, retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente, incorrerá na perda dos direitos previstos nos arts. 439 e 440.

Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz, consignada na ata dos trabalhos.

Art. 445. O jurado será responsável criminalmente, nos casos de concussão, corrupção passiva ou prevaricação (Código Penal, arts. 316, 317, 1º e 2º, e 319).

Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas, bem como à equiparação de responsabilidade penal, prevista no artigo anterior.

Seção VIII

Da composição do Tribunal do Júri e da formação do Conselho de Sentença

Art. 447. O Tribunal do Júri é composto por um Juiz togado, seu presidente, e pelo Conselho de Sentença, integrado por 7 (sete) jurados, sorteados no dia da sessão de julgamento dentre os 21 (vinte e um) escolhidos na forma do art. 433.

Art. 448. Estarão impedidos de servir no mesmo Conselho: marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta, e enteado.

§ 1º. O mesmo impedimento ocorrerá em relação às pessoas que mantenham união estável reconhecida como entidade familiar.

§ 2º. Aplicar-se-á aos jurados o disposto neste Código sobre os impedimentos, a suspeição e as incompatibilidades dos juízes togados.

Art. 449. Não poderá servir o jurado que:

I - tiver funcionado em julgamento anterior do mesmo processo, independentemente da causa determinante do julgamento posterior;

II - no caso do concurso de pessoas, houver integrado o Conselho de Sentença que julgou outro acusado;

III - tiver manifestado prévia disposição para condenar ou absolver o acusado.

Art. 450. Dos impedidos entre si por parentesco ou relação de convivência, servirá o que houver sido sorteado em primeiro lugar.

Art. 451. Os jurados excluídos por impedimento, suspeição ou incompatibilidade, serão computados para a constituição do número legal exigível para a realização da sessão.

Art. 452. O mesmo Conselho de Sentença poderá conhecer de mais de um processo, no mesmo dia, se as partes estiverem de acordo, hipótese em que seus integrantes deverão prestar novo compromisso.

Seção IX

Da reunião e das sessões do Tribunal do Júri

Art. 453. O Tribunal do Júri reunir-se-á para as sessões de instrução e julgamento nos períodos e na forma estabelecida pela lei local de organização judiciária.

Art. 454. Até o momento de abrir os trabalhos da sessão, o juiz decidirá os casos de isenção e dispensa de jurados, e o pedido de adiamento de julgamento, mandando consignar em ata as deliberações.

Art. 455. Se o Ministério Público não comparecer, o juiz adiará o julgamento para o primeiro dia desimpedido da mesma reunião, científicas as partes e as testemunhas.

Parágrafo único. Se a ausência não for justificada, o fato será imediatamente comunicado ao Procurador-Geral, com a data designada para a nova sessão.

Art. 456. Se a falta, sem escusa legítima, for do defensor ou do curador do acusado, e se outro não for por este constituído, ou nomeado pelo juiz, serão adotadas as providências referidas no artigo anterior, dirigindo-se a comunicação ao presidente da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 457. O julgamento não será adiado pelo não-comparecimento do acusado solto, de assistente ou do advogado do querelante, que tiver sido regularmente intimado.

§ 1º. A ação penal de iniciativa exclusivamente privada será declarada perempta no caso da ausência do advogado do querelante, sem motivo justificado.

§ 2º. Se o acusado preso não for conduzido, o julgamento será adiado para o primeiro dia desimpedido da mesma reunião.

Art. 458. Se a testemunha, sem justa causa, deixar de comparecer, o presidente, sem prejuízo de ação penal pela desobediência, poderá adotar as providências do art. 218, desde que não impliquem adiamento da sessão.

Art. 459. Aplicar-se-á às testemunhas a serviço do Tribunal do Júri o disposto no art. 441.

Art. 460. Antes de constituído o Conselho de Sentença, as testemunhas serão recolhidas a lugar de onde umas não possam ouvir os depoimentos das outras.

Art. 461. O julgamento não será adiado pelo não-comparecimento de testemunha, salvo se uma das partes tiver requerido a sua intimação por mandado, na oportunidade do art. 419, declarando não prescindir do depoimento e comprovando a sua localização.

§ 1º. Se, intimada, a testemunha não comparecer, o juiz suspenderá os trabalhos e mandará conduzi-la, ou adiará o julgamento para o primeiro dia desimpedido, ordenando a sua condução.

§ 2º. O julgamento será realizado se a testemunha não for encontrada no local indicado e assim for certificado por oficial de justiça.

Art. 462. Procedidas às diligências referidas nos artigos anteriores, o presidente verificará se a urna contém as cédulas dos 21 (vinte e um) jurados sorteados, mandando que o escrivão lhes proceda à chamada.

Art. 463. Não havendo o número referido no artigo anterior, proceder-se-á ao sorteio de tantos suplentes quantos necessários, e designar-se-á nova data para a sessão do júri.

Parágrafo único. Os nomes dos suplentes serão consignados em ata, remetendo-se o expediente de convocação, com observância no disposto nos arts. 434 e 435.

Art. 464. Comparecendo, pelo menos, 15 (quinze) jurados, o presidente declarará instalados os trabalhos, anunciando o processo que será submetido a julgamento.

Parágrafo único. O oficial de justiça fará o pregão, certificando a diligência nos autos.

Art. 465. Comparecendo o acusado, o presidente perguntar-lhe-á o nome, a idade e a filiação, e se tem advogado, nomeando-lhe um, se não o tiver.

§ 1º. Tratando-se de acusado menor de 21 (vinte e um) anos, o defensor exercerá também a função de curador.

§ 2º. Na hipótese de nomeação de defensor, o julgamento será adiado para o primeiro dia desimpedido.

§ 3º. O julgamento será adiado somente uma vez, devendo o acusado ser julgado quando chamado novamente. Neste caso, a defesa será feita por quem o juiz tiver nomeado, ressalvado ao acusado o direito de ser defendido por advogado de sua escolha, desde que esteja presente.

Art. 466. Antes do sorteio dos membros do Conselho de Sentença, o presidente esclarecerá sobre os impedimentos, a suspeição e as incompatibilidades constantes dos arts. 448 e 449.

§ 1º. O juiz também advertirá os jurados de que, uma vez sorteados, não poderão comunicar-se entre si e com outrem, nem manifestar sua opinião sobre o processo, sob pena de exclusão do Conselho.

§ 2º. A incomunicabilidade será certificada nos autos pelos oficiais de justiça.

Art. 467. Verificando que se encontram na urna as cédulas relativas aos jurados presentes, o presidente sorteará 7 (sete) dentre eles para a formação do Conselho de Sentença.

Art. 468. A medida em que as cédulas forem sendo retiradas da urna, o presidente as lerá, e a defesa e, depois dela, o Ministério Público, poderão recusar os jurados sorteados, até 3 (três) cada parte, sem motivar a recusa.

Art. 469. Se forem dois ou mais os acusados, poderão as recusas serem feitas por um só defensor. Não convindo nisto, e se não coincidirem as recusas, dar-se-á a separação dos julgamentos, prosseguindo-se apenas no do acusado que houver aceito o jurado.

Parágrafo único. O acusado que, pela recusa do jurado, tiver dado causa à separação, será julgado na sessão do primeiro dia desimpedido.

Art. 470. Desacolhida argüição de impedimento, de suspeição ou de incompatibilidade contra o presidente do tribunal, órgão do Ministério Público, jurado ou qualquer funcionário, o julgamento não será suspenso, devendo, entretanto, constar da ata o seu fundamento e a decisão.

Art. 471. Se, em consequência do impedimento, suspeição, incompatibilidade, dispensa ou recusa, não houver número para a formação do Conselho, o julgamento será adiado para o primeiro dia desimpedido, após sorteados os suplentes, com observância do disposto no art. 464 e seu parágrafo.

Art. 472. Formado o Conselho de Sentença, o presidente, levantando-se, e, com ele, todos os presentes, fará aos jurados a seguinte exortação:

Em nome da lei, concito-vos a examinar esta causa com imparcialidade, e a proferir a vossa decisão de acordo com a vossa consciência e os ditames da justiça

Os jurados, nominalmente chamados pelo presidente, responderão:

"Assim o prometo".

Seção X

Da instrução plenária

Art. 473. Prestado o compromisso pelos jurados, será iniciada a instrução plenária com o interrogatório do acusado, se estiver presente, na forma estabelecida no Livro I, Título VII, Capítulo III, com as alterações introduzidas nesta seção.

Parágrafo único. As partes e os jurados poderão formular, diretamente, perguntas ao acusado.

Art. 474. Findo o interrogatório, o juiz, o Ministério Público, o assistente, o querelante e o defensor do acusado inquirirão, sucessiva e diretamente, as testemunhas arroladas pela acusação.

§ 1º. Para a inquirição das testemunhas arroladas pela defesa, o defensor do acusado formulará as perguntas antes do Ministério Público e do assistente, mantidos no mais a ordem e o critério estabelecidos neste artigo.

§ 2º. Os jurados também poderão formular as perguntas diretamente às testemunhas.

§ 3º. O escrivão lerá mediante ordem do Presidente as peças do processo, cuja leitura, requerida pelas partes ou por qualquer jurado, seja considerada imprescindível.

Art. 475. Sempre que possível, o registro do interrogatório e dos depoimentos será feito pelos meios ou recursos de gravação magnética, estenotipia ou técnica similar, destinada a obter maior fidelidade da prova.

Parágrafo único. A transcrição do registro constará dos autos.

Seção XI

Dos debates

Art. 476. Encerrada a instrução, a palavra será concedida ao Ministério Público, que promoverá a acusação, nos limites da pronúncia, sustentando, se for o caso, a existência de circunstância agravante.

§ 1º. O assistente falará depois do Ministério Público.

§ 2º. Tratando-se de ação penal de iniciativa privada, falará em primeiro lugar o querelante e, em seguida, o Ministério Público.

§ 3º. Finda a acusação, terá a palavra a defesa.

Art. 477. A acusação poderá replicar e a defesa treplicar, sendo admitida a reinquirição de testemunha já ouvida em plenário.

Art. 478. O tempo destinado à acusação e à defesa será de 2 (duas) horas para cada uma, e de meia hora para a réplica e outro tanto para a tréplica.

§ 1º. Havendo mais de um acusador ou mais de um defensor, combinarão entre si a distribuição do tempo que, na falta de acordo, será

dividido pelo presidente, de forma a não exceder o determinado neste artigo.

§ 2º. Havendo mais de um acusado, o tempo para a acusação e a defesa será, em relação a todos, acrescido de 1 (uma) hora, e elevado ao dobro o da réplica e da tréplica, observado o disposto no parágrafo anterior.

Art. 479. Durante o julgamento não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo único. Compreende-se na proibição deste artigo a leitura de jornais ou qualquer outro escrito cujo conteúdo versar sobre matéria de fato.

Art. 480. O jurado poderá, a qualquer momento, e por intermédio do presidente, pedir ao orador que indique a folha dos autos onde se encontra a peça por ele lida ou citada, bem como o esclarecimento de fato por ele alegado.

§1º. Concluídos os debates, o presidente indagará dos jurados se estão habilitados a julgar, ou se necessitam de outros esclarecimentos.

§ 2º. Se houver dúvida sobre questão de fato, o presidente prestará esclarecimentos, à vista dos autos.

§ 3º. Os jurados, nesta fase do procedimento, terão acesso aos autos, bem como aos instrumentos do crime, se solicitarem ao presidente.

Art. 481. Se a verificação de qualquer fato, reconhecida como essencial para o julgamento da causa, não puder ser realizada imediatamente, o presidente dissolverá o Conselho, ordenando a realização das diligências entendidas necessárias.

Parágrafo único. Se a diligência consistir na produção de prova pericial, o presidente, desde logo, nomeará perito e formulará quesitos, facultando às partes também formulá-los, no prazo de 5 (cinco) dias.

Seção XII

Da redação e da votação dos quesitos

Art. 482. Os quesitos serão redigidos em proposições simples e distintas, de modo que cada um deles possa ser respondido com suficiente clareza e necessária precisão. Na sua elaboração, o presidente terá em conta os termos da pronúncia, do interrogatório e das alegações das partes.

Art. 483. Os quesitos serão formulados na seguinte ordem, indagando:

I - a materialidade do fato;

II - a autoria ou a participação;

III - se o acusado deve ser condenado;

IV - se existe causa de diminuição de pena alegada pela defesa;

V - se existe circunstância qualificadora ou causa de aumento de pena, reconhecidas na pronúncia.

§ 1º. Sustentada a desclassificação da infração para outra da competência do juiz singular, será incluído quesito a respeito, para ser respondido em seguida à afirmação da materialidade.

§ 2º. Havendo mais de um crime ou mais de um acusado, os quesitos serão formulados em séries distintas.

Art. 484. A seguir, o presidente lerá os quesitos e indagará das partes se têm requerimento ou reclamação a fazer, devendo qualquer deles, bem como a decisão, constar da ata.

Parágrafo único. Ainda em plenário, o presidente explicará aos jurados a significação de cada quesito.

Art. 485. Não havendo dúvida a ser esclarecida, o presidente, os jurados, o Ministério Público, o assistente, o querelante, o defensor do acusado, o escrivão e os oficiais de justiça dirigir-se-ão à sala especial, a fim de ser procedida à votação.

§ 1º. Na falta de sala especial, o presidente determinará que o público se retire, permanecendo somente as pessoas mencionadas neste artigo.

§ 2º. O juiz advertirá as partes de que não será permitida qualquer intervenção que possa perturbar a livre manifestação do Conselho, e fará retirar da sala quem se portar inconvenientemente.

Art. 486. Para proceder-se à votação, o presidente mandará distribuir aos jurados pequenas cédulas, feitas de papel opaco e facilmente dobráveis, contendo 7 (sete) delas a palavra "sim" e outras 7 (sete) a palavra "não".

Art. 487. Para assegurar o sigilo do voto, os oficiais de justiça recolherão, em urnas separadas, as cédulas correspondentes aos votos, bem como as não utilizadas.

Art. 488. Após a resposta de cada quesito, e verificados os votos e as cédulas não utilizadas, o presidente determinará que o escrivão registre no termo de votação o resultado, com a declaração do número de votos afirmativos e negativos.

Art. 489. As decisões do Tribunal do Júri serão tomadas por maioria de votos.

Art. 490. Se a resposta a qualquer dos quesitos estiver em contradição com outra ou outras já dadas, o presidente, explicando aos jurados em que consiste a contradição, submeterá novamente à votação os quesitos a que se referirem tais respostas.

Parágrafo único. Se, pela resposta dada a um dos quesitos, o presidente verificar que ficam prejudicados os seguintes, assim o declarará, dando por finda a votação.

Art. 491. Encerrada a votação, será o termo a que se refere o art. 488 assinado pelo presidente, pelos jurados e pelas partes.

Art. 492. Em seguida, o presidente proferirá sentença, com observância do seguinte:

I - o relatório mencionará as alegações das partes e o respectivo fundamento jurídico;

II - no caso de condenação:

a) fixará a pena-base;

b) considerará as circunstâncias agravantes ou atenuantes alegadas nos debates;

c) imporá os aumentos ou diminuições da pena, em atenção às causas admitidas pelo júri;

d) observará o disposto no art. 387, no que for cabível;

III - no caso de absolvição:

a) mandará colocar em liberdade o acusado, se por outro motivo não estiver preso;

b) revogará as medidas restritivas provisoriamente decretadas;

IV - imporá, se for o caso, a medida de segurança cabível.

Parágrafo único. Se houver desclassificação da infração para outra, de competência do juiz singular, ao presidente do Tribunal de Júri caberá proferir sentença, em seguida.

Art. 493. A sentença será lida em plenário, pelo presidente, antes de encerrada a sessão de julgamento.

Seção XIII

Da ata dos trabalhos

Art. 494. De cada sessão de julgamento o escrivão lavrará ata, assinada pelo presidente e pelas partes.

Art. 495. A ata descreverá fielmente todas as ocorrências, mencionando obrigatoriamente:

I - a data e a hora da instalação dos trabalhos;

II - o juiz que presidiu a sessão e os jurados presentes;

III - os jurados que deixaram de comparecer, com escusa ou sem ela, e as sanções aplicadas;

IV - o ofício ou requerimento de isenção ou dispensa;

V - o sorteio dos jurados suplentes;

VI - o adiamento da sessão, se houver ocorrido, com a indicação do motivo;

VII - a abertura da sessão e a presença do Ministério Público, do querelante e do assistente, se houver, bem como do defensor do acusado;

VIII - o pregão e a sanção imposta no caso de não-comparecimento;

IX - as testemunhas dispensadas de depor;

X - o recolhimento das testemunhas a lugar de onde umas não pudessem ouvir o depoimento das outras;

XI - a verificação das cédulas pelo juiz;

XII - a formação do Conselho de Sentença, com o registro dos nomes dos jurados sorteados e recusas;

XIII - o compromisso, simplesmente com referência ao termo;

XIV - o interrogatório, também com simples referência ao termo;

XV - os debates e as alegações das partes, com os respectivos fundamentos;

XVI - os incidentes;

XVII - o julgamento da causa;

XVIII - a publicidade dos atos da instrução plenária, das diligências e da sentença.

Art. 496. A falta da ata sujeitará o responsável a sanções administrativa e penal.

Seção XIV

Das atribuições do presidente do Tribunal do Júri

Art. 497. São atribuições do presidente do Tribunal do Júri, além de outras expressamente referidas neste Código;

I - regular a polícia das sessões e prender os desobedientes;

II - requisitar o auxílio da força pública, que ficará sob sua exclusiva autoridade;

III - dirigir os debates, intervindo em caso de abuso ou excesso de linguagem;

IV - resolver as questões incidentes que não dependam de pronunciamento do Júri;

V - nomear defensor ao acusado, quando considerá-lo indefeso, podendo, neste caso, dissolver o Conselho e designar novo dia para o julgamento, com a nomeação ou a constituição de novo defensor;

VI - mandar retirar da sala o acusado que dificultar a realização do julgamento, o qual prosseguirá sem a sua presença;

VII - suspender a sessão pelo tempo indispensável à realização das diligências requeridas ou entendidas necessárias, mantida a incomunicabilidade dos jurados;

VIII - interromper a sessão por tempo razoável, para proferir sentença e para repouso ou refeição dos jurados;

IX - decidir, de ofício ou a requerimento das partes, a arguição de extinção de punibilidade;

X - resolver as questões de direito suscitadas no curso do julgamento;

XI - determinar, de ofício ou a requerimento das partes ou de qualquer jurado, as diligências destinadas a sanar nulidade ou a suprir falta que prejudique o esclarecimento da verdade."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor 2 (dois) meses depois da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os arts. 607 a 608, do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.